

## Acórdão nº 9.556/2016/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 17.280.2013-01-TCE (C/ 06 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, exercício de 2012.  
**RESPONSÁVEL:** Senhor **Manoel Augusto da Costa**  
**RELATORA:** Conselheira **Dulcinéia Benício de Araújo**

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Não encaminhamento do item VIII, do Anexo V e imprecisão dos dados registrados no Sistema Informatizado de Análise de Prestação de Contas – SIAPC. Infringência ao artigo 37, XXI, da Constituição Federal e artigo 2º, da Lei nº 8.666/93. Inconsistência do Balanço Financeiro. Não comprovação do saldo patrimonial. Pagamento de verba denominada “liderança partidária”. Pagamento de sessões extraordinárias e de verbas indenizatórias. Ausência de controle interno. Irregularidade. Fixação de Multa. Notificação do atual Presidente da Câmara.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1) julgar IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Sena Madureira, relativa ao exercício de 2012, de responsabilidade de seu Presidente, Sr. **Manoel Augusto da Costa**, nos termos do artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão: **a)** do não encaminhamento do item VIII, do Anexo V e imprecisão dos dados registrados no Sistema Informatizado de Análise de Prestação de Contas – SIAPC, em desacordo com o previsto na Resolução-TCE nº 62/2008; **b)** da infringência ao artigo 37, XXI, da Constituição Federal e artigo 2º, da Lei nº 8.666/93, pela realização de contrato, sem processo licitatório, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); **c)** da inconsistência do Balanço Financeiro; **d)** da não comprovação do saldo patrimonial, em razão do não envio do inventário atualizado; **e)** do pagamento de verba denominada “liderança partidária”; **f)** do pagamento de sessões extraordinárias e de verbas indenizatórias, em desacordo ao regramento vigente, e **g)** da ausência de controle interno; **2) fixar multa**, prevista no artigo 89, incisos I e II, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 139, incisos I e II, da Resolução-TCE nº 30/96, ao Sr. **Manoel Augusto da Costa**, no valor equivalente a **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em razão das falhas apuradas, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30** (trinta) dias. Na hipótese de descumprimento, deverá ser procedida sua cobrança pela via judicial, nos termos dos artigos 23, Inciso III e 63, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **3) notificar o atual Presidente da Câmara Municipal de Sena Madureira** para que, na concessão da denominada “verba indenizatória”, observe o Acórdão-TCE/AC nº 7.426/2011, especialmente quanto às

## **(Acórdão nº 9.556/2016/Plenário-TCE/AC – Fl. 02 de 02)**

hipóteses de cabimento e à necessidade da apresentação de prestações de contas dos montantes recebidos por cada edil, que serão apreciadas pelo controle interno da Unidade e por este Tribunal de Contas, por ocasião da análise da prestação de contas anual da Câmara Municipal, e **4) remeter** os autos ao **arquivo**, após o trânsito em julgado. Ausente, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 09 de junho de 2016**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Fui presente:

**MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC